

# DÉFICIT. UMA PROMESSA NÃO CUMPRIDA?

222

Esta é mais uma promessa ao Fundo Monetário Internacional que o governo não deverá cumprir: a limitação do déficit público a Cr\$ 19.350 bilhões ou 2,7% do PIB (Produto Interno Bruto). Isto porque a promessa oficial se baseava na previsão de que a inflação cairia para 160% em dezembro. No entanto, acredita-se que o índice de preços deverá sair dos atuais 174,9% para mais de 200%, no fim do ano. Assim, o "estouro" do déficit será inevitável, a menos que o governo adote providências compensatórias.

Estas compensações, segundo um assessor direto do ministro Delfim Neto, que participa das articulações com o FMI, só podem ser feitas com mais uma sensível redução nos dispêndios globais das empresas estatais, especialmente nas despesas de

custeio, aquelas que ainda apresentam alguma "gordura" para ser consumida. Por esta razão é que o governo faz o maior esforço no sentido de conseguir do Congresso a aprovação do Decreto-Lei nº 2.045, que dispõe sobre a nova política salarial, pois através de sua aplicação é que o Executivo assegurará uma significativa redução nas despesas com pessoal das 353 estatais.

Fora de um novo corte nos dispêndios globais das empresas estatais, são poucas as possibilidades de redução do déficit do setor público, para assegurar a meta negociada com o Fundo Monetário, pois os outros fatores que influenciam esse déficit, especialmente a política de mercado aberto, estão sendo plenamente acionados pelo governo. A mudança do perfil da dívida pública,

mediante a troca de LTN por ORTN com cláusula de correção cambial, objetiva justamente alongar o perfil da dívida interna, através da troca de papéis de curto prazo de resgate, por outros de longo prazo.

No entendimento do informante da Seplan, todo o esforço será feito para evitar que o "estouro" possa alcançar níveis de difícil digestão pelo FMI, mas será inevitável uma abordagem da questão com os técnicos do Fundo, que estarão de volta ao Brasil dentro de um mês para nova auditoria. Nesta oportunidade, o governo já terá uma visão mais realista do comportamento da taxa anualizada da inflação em dezembro e, a partir desse dado, pretende convencer o FMI da inevitabilidade do não cumprimento de mais uma meta negociada.